

A CIÊNCIA DEMOGRÁFICA ENQUANTO UMA TEORIA PARA REFLETIR E QUESTIONAR A ESTRUTURAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Emerson Dias DE OLIVEIRA¹

Edmilson Batista Sarto PIMENTA²

Samuel Gorriz BARBOZA³

RESUMO

Os humanos, com destaque para as populações ocidental-européias e norte-americanas, são considerados na literatura conservadora como os grupos humanos padrão e ideais, sendo que cotidianamente as mídias populares expressam a ideologia vigente nesses domínios enquanto um ideal a ser seguido e reproduzido nas demais regiões do planeta. No entanto, é desse modo de vida também que origina as maiores atrocidades mundiais (guerras, exploração, genocídio, etnocídio, entre outros), situação essa que atualmente perpetua-se por meio do neocolonialismo. Decorrente disso produz-se vastas somas de miseráveis nos demais domínios do globo, com destaque para os países pouco desenvolvidos (economicamente), contexto em que surgem teorias demográficas para discutir tal cenário, a exemplo da teoria neomalthusiana, que entende a pobreza como causa dos próprios pobres, uma vez que eles geram muitas proles. Por outro lado, tem-se a teoria reformista/marxista, que vê na ausência do Estado a causa da pobreza generalizada. Tendo em vista, essas duas percepções ideológicas, o presente estudo traz para o debate as implicações provenientes de ambos os entendimentos, sendo que é oportunizado um entendimento desses questionamentos com base nos dados demográficos que se faz presente no mundo contemporâneo. Portanto, a demografia é uma discussão que toma partido e permite aos seus interessados posicionar entendimentos próprios nessa questão, uma construção que esclarece os caminhos e (des) caminhos incutidos no interior das teorias demográficas. O desafio desse estudo se limitou em evidenciar a lógica da teoria reformista enquanto um método que permite questionar a atual conjuntura de organização e políticas públicas vigente no mundo.

Palavras chave: Demografia. Pobreza. Teoria Reformista. Teoria Neomalthusiana. Capital.

¹ Doutor em Geografia pela UEL (2019). Professor do Colegiado de Administração das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), Ivaiporã/PR.

² Acadêmico do Bacharelado em Administração das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE).

³ Acadêmico do Bacharelado em Administração das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE).

THE DEMOGRAPHIC SCIENCE WHILE A THEORY TO REFLECT AND QUESTION THE CONTEMPORARY SOCIAL STRUCTURING

ABSTRACT

The Humans, particularly the Western European and North American populations, are considered in the conservative literature as the standard and ideal human groups, and everyday people's media express the ideology prevailing in these domains as an ideal to be followed and reproduced in the other regions of the planet. However, it is from this way of life that it also originates the greatest atrocities in the world (wars, exploitation, genocide, ethnocide, among others), a situation that is now perpetuated through neocolonialism. As a result of this, vast numbers of miserable people are produced in other areas of the world, especially low-income countries (economically), where demographic theories emerge to discuss such a scenario, such as Neo-Malthusian theory, which considers poverty as the cause of themselves, since they generate many offspring. On the other hand, there is the reformist / Marxist theory, which sees in the absence of the state the cause of widespread poverty. In view of these two ideological perceptions, the present study brings to the debate the implications of both understandings, and it is opportune an understanding of these questions based on the demographic data that is present in the contemporary world. Therefore, demography is a discussion that takes sides and allows its stakeholders to position their own understandings on this issue, a construction that clarifies the paths and (dis) paths insinuated within the demographic theories. The challenge of this study was limited to evidence the logic of the reformist theory as a method that allows to question the current conjuncture of organization and public policies in force in the world.

Keywords: Demography. Poverty. Reformist Theory. Neomalthusian Theory. Capital.

1 INTRODUÇÃO

Compreender e decifrar as implicações da dinâmica populacional é uma preocupação que apresenta uma importância fundamental nas políticas públicas e privadas do meio social. Essa questão surge como um desafio à gestão pública, pois tanto os processos atrelados ao consumo e à produção sofrem alterações dinâmicas, exigindo estratégias renovadas ao longo do tempo em relação às novas situações instituídas. As discussões demográficas são no cenário brasileiro ainda mais interessante, pois os seus dados populacionais sofreram mudanças acentuadas em um pequeno lapso temporal, principalmente após os anos 1950. Esse leque de apreensões mostra que a temática “demografia” é um assunto fundamentalmente interdisciplinar, apesar dos seus estudos estarem referenciado nas ciências sociais, com destaque para a ciência da população.

Assim sendo, é inegável que a questão da dinâmica demográfica em qualquer nação constitui um imenso desafio na perspectiva do planejamento das políticas sociais, situação essa que tem ainda mais complicadores em países crescentemente metropolitanos como o caso brasileiro. Além disto, com a constituinte de 1988, grande parcela das políticas, inclusive as de vieses demográficos, foi descentralizada, a exemplo das políticas habitacionais, de saneamento, saúde, educacional, entre outras, as quais refletem diretamente no cotidiano populacional. Esse cenário contribuiu para a diferenciação de diversos tipos de esforços políticos no meio social, dificultando um alinhamento e entendimento único do Estado quando da sua presença e atuação.

Outra questão fundamental para a gestão demográfica refere-se ao seu adequado entendimento enquanto uma política de Estado, ou seja, uma institucionalização estável e impessoal que preza pelo bem-estar da coletividade. Aqui não se figura o prisma do governo, pois esse se resume (ou deveria) ao agrupamento político que provisoriamente ocupa posição de comando do Estado. Portanto, pensar a transição demográfica⁴ da nação em perspectivas de longo

⁴ Segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades estariam na origem das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade verificadas em países europeus, com consequentes mudanças nos ritmos de crescimento populacional. A passagem de uma sociedade rural e tradicional com altas taxas de natalidade e mortalidade para uma sociedade urbana e moderna com baixas taxas de natalidade e mortalidade constituiria o esquema da transição. Durante essa passagem, as sociedades vivenciariam fases de desequilíbrio demográfico, com um descompasso entre as taxas de mortalidade e de natalidade. A redução precoce das taxas de mortalidade vis-à-vis às de natalidade promoveria ritmos acelerados de crescimento populacional. O equilíbrio seria retomado com a redução, em momento posterior, das taxas de natalidade e, conseqüentemente, redução do ritmo de crescimento da população (VASCONCELOS; GOMES, 2012, p. 540).

prazo é uma necessidade essencial para a sustentabilidade dessa questão, sendo que nisso inclui-se uma participação efetiva das várias agências de Estado em conjunto com os exames e discussões no Parlamento.

Portanto, com o intuito de discutir alguns dados acerca da dinâmica populacional brasileira, o presente estudo se reveste em compreender as teorias demográficas neomalthusiana e reformista, trazendo essa reflexão para pensar algumas problemáticas que se fazem presentes no meio social.

Dessa feita, ao longo da pesquisa são evidenciados questionamentos atrelados ao crescimento demográfico, taxa de natalidade, fecundidade, mortalidade, qualidade de vida e projeções teórico-analíticas envolvendo a estruturação populacional no Brasil e no mundo. “Estes termos são corolários da transição demográfica, isto é, a passagem de uma situação de equilíbrio no crescimento populacional caracterizado por altos níveis de fecundidade e de mortalidade para uma etapa de níveis baixos, em ambas as componentes” (RIGOTTI, 2012, p. 469). Isto é, um complexo de considerações e complexidades que devem ser consideradas quando se discute acerca das teorias demográficas.

A importância dessa reflexão deve-se a inaplicabilidade da ultrapassada noção do “Brasil, País do Futuro” (ZWEIG, 2006) entre outros entendimentos que percebe a nação com uma numerosa população jovem, os quais serão responsáveis pelo futuro desenvolvimento econômico do país. Entretanto, o futuro chegou e o profetizado cenário de abundância e riqueza não se faz presente.

Hoje, já quase em meados da primeira parte do século XXI, o que se percebe é um intenso controle do planejamento familiar, indícios que se refletem diretamente na tendência do envelhecimento populacional, uma transição que modifica todo o planejamento político-econômico da sociedade brasileira.

Esse processo que atualmente está em estágio avançado no Brasil já teve sua maturação nos países desenvolvidos, principalmente na Europa Ocidental, pela fase superior da transição demográfica⁵, que é caracterizada pelo aumento da expectativa de vida ao nascer e uma

⁵ O conceito de transição demográfica foi introduzido por Frank Notestein, em 1929, e é a contestação factual da lógica malthusiana. Foi elaborada a partir da interpretação das transformações demográficas sofridas pelos países que participaram da Revolução Industrial nos séculos 18 e 19, até os dias atuais. A partir da análise destas mudanças demográficas foi estabelecido um padrão que, segundo alguns demógrafos, pode ser aplicado aos demais países do mundo, embora em momentos históricos e contextos econômicos diferentes (MENDONÇA, 2005).

subsequente redução nas taxas de natalidade (IBGE, 2006). Contudo, no caso brasileiro, que vivencia a terceira fase da transição demográfica, não se percebe a melhoria da qualidade de vida da população como um todo, pois ainda são bastante evidentes os quadros de miséria dada à absurda concentração da renda e riqueza no país.

A importância da questão demográfica sempre se fez presente, o que difere é que há cerca de quatro décadas o debate tinha maior vinculação em relação ao contexto do crescimento populacional, sendo que na atualidade discutem-se os reflexos advindos da transição demográfica, isto é, um novo comportamento na distribuição das faixas etárias. Embora algumas nações ainda vivenciem a chamada “bomba demográfica”, essa problemática já foi bem mais crítica e generalizada há algumas décadas, uma vez que o número de proles por mulher superava os 10 (dez) filhos.

Portanto, mesmo que grande parte dos países asiáticos apresentem elevadas taxas de natalidade, o controle desses índices tende a serem estabilizados em curto prazo, uma vez que países como a China já realizam este controle desde o final do século passado. Dessa feita, os novos discursos e preocupações teóricas dessa temática já vêm adotando como argumentação a questão do chamado “bônus demográfico” ou “janela de oportunidades”.

Nesse sentido, tendo em vista o acentuado esforço teórico que envolve essa discussão, a presente pesquisa fez uso da revisão bibliográfica como aporte metodológico. Segundo Alves (1992), por meio dessa metodologia é possibilitado ao pesquisador uma melhor reflexão do objeto de estudo, além de apontar as diversas apreensões conceituais, processos e instrumentos do tema pesquisado. Além disso, a revisão permite:

[...] um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (ALVES, 1992, p. 54).

Nessa modalidade de pesquisa se constrói subsídios para refletir de forma mais aprofundada a temática estudada, momento em que são indicadas as distintas perspectivas presentes na literatura científica. Assim sendo, é de fundamental importância a realização de uma

idealização sistemática do processo de pesquisa, um esforço que abrange desde o instante de escolha da temática, perpassando pela elaboração teórica do estudo até a determinação do seu formato de apresentação e divulgação, sendo esse um cuidado tomado quando se definiu a discussão dos fenômenos estruturais incutidos na transição demográfica, uma categoria analítica que facilita a interpretação e intervenção no meio social.

Conforme já anunciado, essa discussão traz em si uma importância substancial para os planejamentos políticos do país, uma questão que é ainda mais crítica dada à dimensão continental brasileira, pois quando se compara os indicadores demográficos (qualiquantitativamente) entre as macrorregiões fica nítido o quão assimétrico são esses respectivos dados.

Portanto, apesar dessa questão ser uma realidade relativamente nova no país, é fundamental a adequação dos projetos governamentais de forma alinhada a esse processo, pois nenhum país do mundo ficou alheio (ou ficará) à transição demográfica (GENNARI, 2009). Assim, a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico surge enquanto preocupação que traz para o debate uma porção de discussões teóricas, além do enfoque político, sendo essa temática o eixo central dialogado no decorrer do presente estudo.

As discussões dessa pesquisa é fruto da disciplina de Metodologia da Pesquisa cursado junto ao bacharelado em Administração de Empresas das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE), um desafio que teve como propósito contribuir para a reflexão científica acerca da questão demográfica. Essa temática tem protagonizado acalorados debates no meio social com tamanha importância que acaba por exercer influência direta nas pautas e prioridades das políticas públicas.

O papel das políticas públicas possui um caráter fundamental nessa questão, sendo que tanto pode incluir como excluir socialmente as populações envolvidas. É por isso que o Estado assume uma importância relevante quando instrui planos governamentais de longo prazo e interligados as projeções futuras, uma preocupação que favorece substancialmente as alterações resultantes da transição demográfica.

2 DEMOGRAFIA: UMA REFLEXÃO ANTIGA E QUE SE FAZ NECESSÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

As pesquisas sobre as dinâmicas populacionais remontam a própria história, com destaque para a Teoria Malthusiana⁶, a qual foi publicada na principal obra do economista Thomas Robert Malthus (1766 – 1834), *‘Ensaio sobre o princípio da população’* em 1789 na Inglaterra.

O contexto da primeira Revolução Industrial, o êxodo rural, o desemprego e o aumento populacional contribuíram para a elaboração da famosa “lei⁷” malthusiana, sendo elaboradas as previsões acerca da insuficiência em curto prazo da produção mundial conseguir abastecer a humanidade com alimentos (SZMERCSÁNYI, 1982). Assim, tinha-se uma percepção restrita quase que apenas ao viés economicista, além das análises terem como parâmetros a realidade inglesa desse período.

Mesmo com a grande parcela de críticos conterrâneos presente no próprio círculo de clero e amigos e ainda outros pesquisadores sucessores, os estudos de Malthus teve seus méritos e importância para o meio científico.

Apesar de aparentemente simples e ultrapassada⁸, suas reflexões foram essenciais para o surgimento de teorias demográficas mais complexas, as quais auxiliam os planejamentos políticos da organização estatal, sendo que na atualidade os estudos de Malthus ainda são tomados como referencial nas abordagens dessa questão. “Ele acreditava que a população tinha potencial de crescimento ilimitado, e a natureza, inversamente, recursos limitados para alimentá-la” (LUCCI et al., 2005, p. 316).

⁶ O pioneirismo dessa temática por parte de Malthus já foi questionado pelo próprio Marx, sendo que este último colocava Malthus como plagiador das reflexões de Giovanni Botero (1589) que pesquisou a relação entre crescimento econômico e aumento populacional (SOUZA, 2006). Efetivamente, para Botero, “existiriam duas virtudes que agiriam sobre a população, a virtus generativa (equivalente à natalidade) e a virtus nutritiva (correspondente à capacidade de produção de alimentos). A população tenderia a aumentar até o limite permitido pela fecundidade (virtus generativa). Os meios de subsistência, por outro lado, estariam sujeitos à barreira constituída pela virtus nutritiva. Malthus, sem dúvida, teve acesso à tese de Botero, pois o italiano foi citado por William Petty, em 1683, por Johann Süssmilch, em 1741, e por Robert Wallace, em 1753” (SOUZA, 2006, p. 64).

⁷ “[...] a espécie humana aumentaria a razão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 etc, e o meios de subsistência a de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, etc” (SZMERCSÁNYI, 1982, p. 61).

⁸ Hoje, sabe-se que as previsões malthusianas não se concretizaram: a população do planeta não duplicou a cada 25 anos e a produção de alimentos tem crescido com o desenvolvimento tecnológico. Mesmo que se considere uma área fixa de cultivo, a produção pode aumentar, em decorrência de investimentos em insumos (agrotóxicos, fertilizantes, biotecnologia) e mecanização, por parte do agricultor (FONTANA et al., 2015, p. 116).

Em relação aos estudos contemporâneos dessa questão, esses se assentam em duas principais vertentes teóricas: a Teoria Neomalthusiana e a Teoria Reformista ou Marxista, as quais passam a ganhar corpo após os anos 1950. Essa percepção ocorreu pelo fato da melhoria nas condições de vida no meio urbano, ampliação do conhecimento científico, sanitarismo e saúde pública, a medicina (principalmente com a disseminação de vacinas em massa), o que favoreceu a explosão demográfica em escala mundial, inclusive em regiões pobres e com ínfima participação na riqueza mundial. É nesse cenário que surge à interpretação de dois autores clássicos no meio científico, o já apresentado Malthus, através das revisões contemporâneas de sua teoria (neomalthusianismo) e o filósofo e economista alemão Karl Marx, com os estudos reformistas da população.

Apesar das contribuições e sentidos que ambos os estudos discutem, esse quadro se mostra na realidade como uma situação teórico-metodológico bastante antagônico, pois cada uma das vertentes especulativas toma um rumo próprio na explicação da dinâmica populacional. Seguindo a ordem dos teóricos colocados anteriormente, “de um lado temos a reflexão subjetivista e idealista de um economista e sacerdote cristão, representante de uma importante fração da classe dominante, e de outro lado, a reflexão objetivista e materialista de um filósofo maldito em seu tempo e considerado representante do proletariado ou da classe oprimida” (GENNARI, 2009, p. 01).

Os fundamentos da teoria neomalthusiana iniciam seus primeiros apontamentos ainda no início do século XX, mas é apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial que suas explicações serão consolidadas. De acordo com Cabeleira (2013), os neomalthusianos também podem ser chamados de alarmistas, pois entendem que a principal responsabilidade da pobreza no país advém do elevado crescimento demográfico, um problema que para ser sanado dever-se-ia instituir políticas oficiais de controle da natalidade, uma iniciativa que utilizaria de medidas tais como a utilização de anticoncepcionais⁹ e até mesmo o fechamento das fronteiras territoriais, evitando assim uma acentuada imigração populacional.

⁹ “Tais factos propiciaram o surgimento dos chamados neomalthusianos. Um ponto que os diferencia de Malthus é a defesa do uso de contraceptivos para solucionar o problema de excesso de população e assim acabar com a fome e a pobreza” (MEIRELES, 2011, p. 96-97).

Essa nova interpretação das teorias malthusianas já se fazia presentes desde meados do século XX em autores como Francis Place¹⁰, Jean Baptiste Say, Paul Robin, Margaret Sanger, Ângelo Vaz, Pádua Correia, entre outros, um entendimento que beirava na concepção de alguns de seus representantes a ideologia eugênica¹¹. Esse último discurso se fortalecia pela “ameaça” provocada pelas “classes perigosas” (o proletariado urbano e os pobres), pois esses sujeitos, não raro, organizam suas próprias mobilizações políticas. A questão da eugenia converteu a dimensão da “‘qualidade’ em um problema demográfico, a par com o problema da quantidade. Na primeira metade do século XX a eugenia, não surpreendentemente, desaguarda no racismo aberto do nazismo alemão e do fascismo italiano e japonês” (ALVES; CORRÊA, 2003, p. 136).

O resgate de uma interpretação malthusiana (Teoria Neomalthusiana) vai ganhar sentido e validade com o fenômeno conhecido como “*baby boom*” no pós-guerra, uma vez que dada uma série de melhorias sanitárias e de saúde, resultou na acentuada redução da mortalidade populacional, junto à manutenção de altas taxas de natalidade (MENDONÇA, 2014). O principal referencial dessa vertente acontece por meio da publicação, em 1948, da obra “O caminho da sobrevivência”, do ecologista norte-americano William Vogt (1902-1968), livro seminal dos neomalthusianos (CASTRO, 1960). Nesses escritos está explicitado umas das faces mais verdadeiras da desumanização, pois “[...] não constitui apenas uma apologia do modo de vida norte-americano, mas é também uma defesa incontestada do racismo, do imperialismo e do expansionismo dos Estados Unidos” (MENDONÇA, 2014, p. 06-07).

Nos países centrais, em decorrências da estrutura política estar pautado em escalas temporais mais ampliadas, o aumento populacional apresentou bem mais ganhos do que perda, uma vez que dinamizou o setor produtivo da economia. Nesse sentido, essas nações souberam intensificaram as “economias de escala, o incentivo a novos investimentos em infra-estruturas e a

¹⁰ Francis Place é considerado o pai desta corrente que inclui também autores como Robert Dale Owen, Paul Robin, Georges Drysdale, Margaret Sanger e Paul Ehrlich. Têm todos em comum a posição de que uma população numerosa é um obstáculo ao desenvolvimento, dado que levaria ao esgotamento de recursos naturais, à poluição, ao desemprego e à fome. Por outro lado, consideram que o crescimento demográfico leva a uma diminuição do rendimento per capita (MEIRELES, 2011, p. 97).

¹¹ A palavra “eugenia” foi cunhada por Francis Galton, em 1883, para designar uma “ciência do melhoramento biológico do tipo humano” (CASTAÑEDA, 2003). Contudo, cientificamente este entendimento (sem usar ainda esta nomenclatura) já se fazia presente no livro *Hereditary Genius* publicado por Galton em 1869. Seus estudos buscavam diferenciar os tipos “ruins” (dotado de feições físicas indesejáveis) e os “bem-dotados”, ou seja, aqueles bem afeiçoados e pertencentes a uma “classe superior”. Galton enfatizava que as pessoas de “sangue ruim” (geneticamente inferiores) só pioravam as características genéticas de seus descendentes, não importando a qualidade do cônjuge do ponto de vista genético. Assim, ele afirmava a necessidade do Estado controlar os casamentos, permitindo-os somente àquelas pessoas consideradas superiores (BLACK, 2003).

descoberta de métodos mais produtivos de cultivo da terra” (MEIRELES, 2011, p. 97). Por outro lado, nos países com desenvolvimento a iniciar (subdesenvolvidos e os ditos em desenvolvimento), essa situação não se repetiu, resultando em graves contextos de fome e pobreza. Com isso, as ideias ditas superficiais e até atrasadas de Malthus foram revisadas e passaram a compor um dos paradigmas dessa questão na atualidade, uma vez que essa vertente subentende que o crescimento populacional é o responsável pela fome, o subdesenvolvimento e a pobreza, componentes que se colocam enquanto obstáculos ao progresso.

Aqui fica claramente evidenciado que “a fome não é mais do que uma expressão – a mais trágica expressão do subdesenvolvimento” (CASTRO, 1960, p. 305). Assim, o entendimento do controle demográfico é colocado no imaginário social como forma de promover o desenvolvimento econômico, pois uma população menor significa a diminuição de gastos estatais “não-produtivos” em saúde, educação e previdenciário, resultando em liberação de recursos para direcionar ao setor produtivo, ou seja, é uma percepção imediatista, a qual nega uma maior participação do Estado em políticas voltadas efetivamente para o bem-estar social (CASTRO, 1960).

De acordo com Castro (2003), essa concepção é significativamente descabida, pois é sabido da existência de várias nações mundiais que intensificaram seus esforços em controlar o crescimento populacional e, no entanto, nem por isso conseguiram mudar os cenários de miséria e fome. Por outro lado, observa-se que, nos últimos anos, a produção de alimentos em todo o mundo apresentou taxas crescentes, superando os índices do crescimento natural da população (CASTRO, 2003). Assim, é evidenciado que a problemática da precariedade e subsistência humana não tem relação com o crescimento demográfico, mas está atrelado com a (re) distribuição da riqueza e do rendimento mundial.

[...] a verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo (CASTRO, 1957, p. 495).

Com isso, colocar os problemas e desafios humanos como responsabilidade única e exclusiva dos próprios sujeitos é no mínimo um deboche da capacidade de raciocínio da

humanidade. E são justamente esses tipos de discursos demagógicos e impressionistas que são utilizados para mascarar a verdadeira essência da questão, perpetuando-se um cenário de arrochos públicos e total desassistência estatal para a maioria da população. Concomitante a isso, existe uma ínfima parcela da população que se beneficia de um emaranhado de facilidades historicamente subsidiadas, a qual atua apenas em proveito próprio e para a manutenção dessa perversa estrutura social (HUGON, 1969). Enfim, apesar de utilizar de postulados distintos dos apresentados por Malthus, tem-se uma conclusão igual: a miséria do mundo decorre do crescimento populacional.

Para Hugon (1969), o que ocorreu na realidade foi o surgimento, em vários países, de pensadores neomalthusianos, que se apossaram, transformaram e deformaram as reflexões de Malthus. “Serviram-se da ideia de coibição voluntária, não mais com objetivos econômicos, mas político-sociais e, para pôr em prática essa ideia, não se limitaram a preconizar [...] a adoção da coibição moral como meio único” (HUGON, 1969, p. 113). Assim, o que se percebe é uma estratégia de se utilizar da argumentação demográfica enquanto discurso para justificar a questão da precariedade social acentuada nos países subdesenvolvidos. Portanto:

Os argumentos dos neomalthusianos foram desfeitos pela dinâmica demográfica real. Os países que apresentaram queda acentuada na taxa de natalidade foram aqueles cujas conquistas econômicas se estenderam à maioria dos habitantes, na forma de melhoria da renda e do padrão cultural. Só uma distribuição de renda mais justa e maior acesso à cultura e à educação podem modificar os padrões de crescimento, melhorando a qualidade de vida das pessoas (LUCCI et al., 2005, p. 320).

Na prática o que se percebe é uma clara intenção em socializar as problemáticas e rejeitos sociais e a apropriação privada por parte de grupos elitizados sobre os resultados positivos da produção social. Essa lógica é uma realidade nas várias escalas de análise mundial, a exemplo da relação¹² entre países centrais e periféricos, órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as economias periféricas, as elites políticas dos países e a massa popular desassistida, o capital-agrário e os camponeses, enfim, uma série de provocações que busca legitimar a perpetuação do atual cenário mundial. Nesse ínterim, as

¹² “Os reformistas atribuem aos países ricos ou desenvolvidos a responsabilidade pela intensa exploração imposta aos países pobres ou subdesenvolvidos, que resultou em um excessivo crescimento demográfico e pobreza generalizada” (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 119).

teorias neomalthusianas se fazem presente e potencializam essa lógica perversa e cínica da estruturação social.

3 A DEMOGRAFIA NO DEBATE REFORMISTA/MARXISTA

Contrário às discussões presente na interpretação neomalthusiana, a Teoria Reformista ou Marxista coloca que a superpopulação mundial não é a causa do subdesenvolvimento, mas sim uma consequência da pobreza generalizada. Aqui o entendimento se dá no sentido de apontar a omissão do Estado, ou seja, não instituir políticas públicas em determinados setores sociais, a causa que resulta no favorecimento de um ambiente de mazela, desinformação, desilusão e, portanto, uma tendência maior das pessoas terem mais filhos e conseqüente o surgimento das situações de fome e miséria. Nessa situação, o controle populacional não virá por imposição, mas por opção (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002).

Entre alguns dos teóricos que tangenciaram essa interpretação pode-se colocar a economista Ester Boserup, o escritor Denis Diderot, o demógrafo Michel Auguste Adolphe Landry, os economistas Celso Furtado e Paul Singer, os geógrafos Pierre George, David Harvey, Josué de Castro e Milton Santos, entre diversos outros estudiosos. A questão central dos reformistas era uma tomada de posição em a favor de profundas reformas socioeconômicas no mundo todo, uma maneira diferenciada de enfrentar esse assunto, pois ao invés de se buscar a extinção da questão demográfica (controle do nascimento de pobres e miseráveis), faz-se necessário intensificar as políticas públicas em favor dessa situação.

Assim, a diminuição populacional surgiria enquanto reflexo dessa ‘utópica’ organização social. Essa situação é visível em países ditos ‘desenvolvidos’, visto que a redução da população se estabeleceu em consequência da melhora qualitativa do nível de vida populacional. Essa corrente aponta então que espontaneamente acaba existindo uma tendência ao planejamento familiar, comportamento que é “facilmente verificável ao se comparar a taxa de natalidade entre as famílias de classe baixa e de classe média. [...] [...] Assim, pode-se perceber que a questão das teorias demográficas é bastante complexa, e qualquer radicalismo é desaconselhável” (FONTANA et al., 2015, p. 119).

Os dados e cenários sociais sempre provaram que os vieses malthusianos estavam e continua equivocados, o problema não é a incapacidade produtiva do planeta em garantir uma vida minimamente digna a todo o contingente populacional do único animal ‘racional’ do mundo: a subespécie *Homo Sapiens Sapiens*. O elemento complicador está na índole desse próprio indivíduo, que contaminado pela ânsia da acumulação financeira, explora a tudo e a todos irracionalmente como meros recursos, incluindo aí mesmo os demais integrantes humanos¹³. Isto não é nenhum discurso sensacionalista, são fatos e realizações que em qualquer lugar do espaço está explicitado no contexto da extrema concentração da renda e riqueza mundial.

A distribuição da riqueza em todo o mundo está “fora de controle” destaca a Organização Não Governamental Oxfam International (2019); em seu relatório, a instituição aponta que a cada dois dias surgiu um novo bilionário em 2018, ao mesmo passo que o patrimônio das 3,8 bilhões de pessoas mais pobres reduziu diariamente em US\$ 500 milhões. Em outro relatório, de 2017, a Oxfam International afirma que 82% de toda a riqueza gerada no mundo foram parar nas mãos do 1% mais rico do planeta. Enquanto isso, a metade mais pobre da população global (3,7 bilhões de pessoas) não participa. Já em 2018, os 26 indivíduos mais ricos do mundo concentravam um patrimônio equivalente à riqueza das 3,8 bilhões de pessoas mais pobres, isto é, metade da população mundial (ÉPOCA, 2019).

A utopia da inovação tecnológica enquanto garantidor de um mundo melhor e mais digno também não se cumpriu, serviu apenas para intensificar as assimetrias entre pobres e ricos. O sucesso da Revolução Verde¹⁴ com as promessas da Segurança Alimentar, o que legitimou a intensificação das ‘modernas’ explorações monocultoras em todo o mundo, com destaque para as nações consideradas em desenvolvimento a iniciar também não foi suficiente para sanar a fome do mundo. A criação da pílula anticoncepcional e a expulsão camponesa para as periferias urbanas, sendo esse último com a promessa de que teriam acesso a melhores condições vida, foram outras questões que igualmente não estancou a sangria da pobreza, miséria e condições subumanas. Portanto, o discurso do controle demográfico é uma falácia que apenas mascara o

¹³ Ora, nesse último século de cultura ocidental, o estado, as instituições e os padrões desviam seus interesses para os problemas de exploração econômica, problemas de produção e de criação de riquezas, desinteressando-se dos problemas humanos, quase só vendo o homem como máquina de produção, como engrenagem de seu economismo técnico (CASTRO, 1957, p.141).

¹⁴ A chamada “Revolução Verde”, iniciada na década de 1960, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universais, que visavam à maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas (MATOS, 2010, p. 02).

verdadeiro dever e atribuição atinente ao Estado, uma vez que ao se optar por investir na reprodução do capital, o reflexo se dará sempre na exploração cada vez mais acentuada do humano, pois o capital é insaciável, insano e incrivelmente sarcástico.

Essa realidade contribuiu para perpetuar e consolidar a colonialidade nas nações que integram o submundo, populações inteiras que mal se alimentam em detrimentos da vontade de garantir o superávit primário da balança comercial em seus respectivos países, fenômeno que se dá ao custo da exportação de *commodities* e exploração ilimitada dos recursos naturais e humanos. Uma situação em que países eminentemente agrícolas exportam toneladas assombrosas de grãos e se vêem obrigados a importar alimentos básicos para suprir a demanda interna. Portanto, o problema não está no montante populacional, mas na ganância do capital, uma estruturação que “faz da produção, da distribuição e do consumo de alimentos algo dirigido no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade” (CASTRO, 1957, p. 50).

Vale destacar também que o engodo das discussões residuais malthusianismo se investe de verificações fragmentadas e oportunistas, sendo que geralmente toma-se como modelo situações isoladas para em seguida generalizar e assim legitimar uma determinada ação. De acordo com Castro (1960), faltam justificativas aceitáveis nessas teorias, além de serem carentes de estudos empíricos e ciência de fato. “A maior parte dos estudos científicos se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações” (CASTRO, 1960, p. 55). É por isso que se faz necessário um ampliado debate que insira os questionamentos populacionais como um emaranhado de conexões simultaneamente biológicas, econômicas e sociais, para através desse esforço ter uma melhor capacidade em entender como o processo econômico influencia na problemática apresentada.

Outra crítica proposta pelos reformistas é contra o incessante discurso neomalthusianista em tornar a pobreza e a miséria como quadros naturais, isto é, um componente necessário e espontâneo em todos os países. Nisso inclui-se as próprias nações desenvolvidas, uma vez que a estruturação da transição demográfica apregoa a existência de quatro estágios - fase pré-moderna; fase de transição demográfica; fase Industrial madura e fase pós-industrial - (THOMPSON, 1929). Com isso, fica nítido um entendimento homogêneo e generalista do mundo, sendo que o subdesenvolvimento presente na grande maioria da população mundial assume um caráter de

aceitação e normalidade, isto é, a miséria assume uma posição de algo comum e parte da ‘humanidade’. Acerca desse entendimento e com destaque para o caso brasileiro, Furtado (1971, p. 181) frisa que a condição subdesenvolvida do país é:

[...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade.

Na realidade, o controle demográfico surge como uma ferramenta para ‘murchar’ os deveres estatais enquanto provedor de políticas públicas. Trata-se de uma pauta que entende a sociedade como problema, sendo que na verdade o povo é a solução e não o problema. Em seus estudos, Singer (1988) se posicionou com o raciocínio de que ao seu ampliar o montante populacional, isto em um cenário infra-estrutural sustentado e baseado em planos estatais de longo prazo, tem como resultado um duplo efeito no funcionamento da economia: fica disponibilizado uma farta quantidade de força de trabalho e, concomitantemente, intensificam o consumo. As consequências na dinâmica populacional são, portanto, sentidos simultaneamente tanto do lado da oferta como do lado da demanda por bens e serviços.

Em pleno século XXI, o Brasil, juntamente com outras nações consideradas emergentes e/ou em desenvolvimentos, tem a questão da pobreza e da desigualdade social enquanto fenômenos ‘normais’ e aceitáveis no imaginário social. Nesse sentido, o descaso do poder público em propor políticas que estimula uma melhora na qualidade de vida da população integra a rotina de grande parcela dos municípios brasileiros, uma veracidade que é tida como trivial costumeira para os sujeitos envolvidos, incluído aí os próprios ocupantes dos cargos públicos eletivos.

É nesse contexto, que a ideologia capitalista surge revestida de explicações superficiais e oportunistas em relação ao controle demográfico, um entendimento inteiramente perverso e que tem como propósito central cristalizar a hegemonia do capital e secundarizar o bem-estar social. Ao contrário disso, a contribuição teórica aqui colocada destaca o entendimento de uma sociedade que efetivamente posicione o homem como o fim e não um meio para a irracional e crescente maximização do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões instruídas ao longo do estudo percebe-se que a ciência demográfica se trata de uma abordagem que é carregada de pontos de vistas distintos, ou seja, a demografia não é uma questão neutra, pois ela tem um propósito e intencionalidade ideológica. Essa percepção ficou evidenciada quando da colocação de alguns dos entendimentos neomalthusianos e reformistas, tendo em vista que essas vertentes teóricas interpretam um mesmo fenômeno social (aumento populacional) em formatos diferenciados.

Entretanto, o propósito desse ensaio tomou como partido a lógica vigente na teoria reformista/marxista, um posicionamento que tem o seu sentido pautado na sociedade de classes teorizada por Marx. Reforça-se aqui a ideia de que a extrema pobreza do mundo tem relação direta com a má distribuição de renda, sendo que o produto dessa estrutura se reflete na concentração de renda. Em outras palavras, a questão é a desigualdade econômica e a privação do acesso aos bens de consumo, e não a falta de recursos. O mundo não se resume a restrita parcela de burgueses, brancos, católicos entre outras tipificações que definem o “tipo ideal”. Existe também o mundo dos que estão à margem, os “marginais”, os negros, indígenas, homossexuais, miseráveis, esfomeados, desempregados, entre outros modelos sociais que fogem ao padrão europeu/norte-americano.

Essa lógica acaba sendo insustentável em todas as dimensões possíveis, pois o extinto de animal primitivo está explicitamente aflorado nesse modelo de sociedade. São os miseráveis que se submetem as piores condições possíveis para subsistirem (prostituição, crimes diversos, ocupação semiescrava ou escrava, mendicância, assistencialismo social, entre outros) e uma elite mesquinha que através dos seus capitais investidos explora ao máximo a tudo e a todos. Nesse sentido, não existe recursos naturais que sustentem tal organização social, a ganância do capital que nunca se satisfaz impede que esse movimento estacione precarizando a condição humana da ampla maioria e destruindo os recursos presente na natureza.

Assim sendo, necessário equilíbrio social surge enquanto possibilidade de se construir outro mundo, uma humanidade que também possa ser vista e participada pelos de “fora”. Fala-se, portanto, em um projeto de mundo, de nação, das distintas escalas sociais e que realmente esteja voltada para o bem-estar da coletividade, uma equitativa distribuição de rendas, o ampliação da produtividade, a correção dos desníveis regionais, enfim, políticas públicas voltadas para todos

do público. Esse esforço não é um dever apenas dos países desenvolvidos, os demais também são responsáveis pela irracional estruturação social em vigência, ou seja, é urgente e necessária que toda a humanidade se humanize e passe a pensar o mundo de forma totalitária e sinérgica.

Portanto, é crucial o fortalecimento dessa bandeira da pluralidade cultural e a luta pela construção de uma sociedade que efetivamente inclua todos os homens e mulheres. A homogeneização do capital pode aparentemente até “esconder por debaixo do tapete” a miséria do mundo, mas não pode extingui-la e muito menos ainda calar a voz e vontade dos que lutam por um mundo melhor. É necessário entender que a população mundial é múltipla em suas espacialidades, a qual mesmo diante de todas as contradições, toda desigualdade, toda a indiferença do capital, toda distinção corpórea-territorial de direitos, o sonho de mais humanidade permanece, a exemplo das vertentes interiorizadas na teoria reformista da ciência demográfica.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. **A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis.** Cad. Pesq. São Paulo, nº 81, p. 53-60, maio, 1992.

ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIN, T. B. **Geografia.** São Paulo: Ática, 2002.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. **Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10.** Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas, v. 20, n. 02, p. 129-156, 2003. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/alvesecorreavol20_n2_2003_3artigo_p129a156.pdf. Acesso em 18 abr. 2019.

BLACK, E. **A guerra contra os fracos.** São Paulo: A Girafa Ltda, 2003.

CABELEIRA, M. M. **Neomalthusiano: o controle da população revisitado.** São Paulo: Revista Ecológica, 2013 (Resenha).

CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências e Saúde**, Manguinhos – RJ, v. 10, n. 3, p. 901-930, set/dez., 2003.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 11 .ed. São Paulo/SP: Gryphus, 1960.

_____. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 2 v., 1957.

_____. **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GENNARI, A. M. Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus. In: 6º Colóquio Internacional Marx Engels, 2009, Campinas - SP. Anais do **6º Colóquio Internacional Marx Engels**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009. v. 1. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/duas-teorias-da-populacao-no-pensamento-classico-karl-marx.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

FONTANA, R. L. M.; COSTA, S. S.; SILVA, J. A. B.; RODRIGUES, A. J. **Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo**. Cadernos de Graduação, Universidade Tiradentes - UNIT, v. 02, n. 03, p. 113-124, 2015.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1969.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: Arbeit, 2006.

LUCCI, E. A.; MENDONÇA, C. R.; BRANCO, A. L. **Território e sociedade: Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MALTHUS, T. **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1798).

MATOS, A. K. V. **Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v. 10, p. 1-17, 2010.

MEIRELES, A. **As interações entre crescimento demográfico e crescimento econômico**. 126 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2011. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9277/1/tese%20final_Ant%C3%B3nio%20Meireles.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

MENDONÇA, C. **Demografia: transição demográfica e crescimento populacional**. UOL Educação. 2005. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/demografia-transicao-demografica-e-crescimento-populacional.htm>. Acesso em 22 abr. 2019.

MENDONÇA, M. G. **Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo**. História Econômica & História de Empresas, v. 17, p. 353-375, 2014.

REVISTA ÉPOCA. **Quem são os 26 bilionários que têm a mesma riqueza que metade do mundo**. Agência ANSA, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/01/quem-sao-os-26-bilionarios-que-tem-mesma-riqueza-que-metade-do-mundo.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

RIGOTTI, J. I. R. **Transição Demográfica**. Educação e Realidade, v. 37, p. 467-490, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/08.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, L. E. S. **Elementos de demografia econômica**. São Paulo: LCTE, 2006.

SZMRECSÁNYI, T. (Org). **Malthus**. São Paulo/SP: Ática. 1982.

THOMPSON, W. **Danger spots in world population**. New York: Alfred A Knopf, 1929.

VASCONCELOS, A, M. N; GOMES, M. M. F. **Transição demográfica: a experiência brasileira**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 21, p. 539-548, 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v21n4/v21n4a03.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

VOGT, W. **O caminho da sobrevivência**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

ZWEIG, S. **Brasil, um país do futuro**. Tradução Kristina Michahelles. Porto Alegre: L & PM, 2006.

Data de recebimento: 21 de abril de 2019.

Data de aceite: 15 de maio de 2019.